

‘Não interessa redução de pena, diz Bolsonaro

GUILHERME CAETANO
ESTADÃO

O ex-presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, 10, que não está interessado na redução de penas dos presos do 8 de Janeiro, mas sim uma anistia “ampla, geral e irrestrita”. Bolsonaro disse ter havido um “ponto de inflexão” na articulação pela anistia com o voto do ministro Luiz Fux no julgamento que o tornou réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Na sessão, Fux falou da possibilidade de as penas serem reduzidas.

A declaração do ex-presidente foi dada durante um almoço fechado em evento

organizado por um grupo de advogados de direita que critica a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e o Judiciário.

Agora, tivemos um ponto de inflexão. Enchendo a bola da minha esposa aqui, que falou muito bem na Paulista, dirigindo-se ao ministro Fux. Ali, no meu entender, foi uma fissura que apareceu. Um outro lado que parecia impossível. A modulação não nos interessa. Redução de penas não nos interessa. O que nos interessa, sim, é anistia ampla, geral e irrestrita”, afirmou Bolsonaro aos convidados.

O comentário se referiu a uma cena na manifestação organizado por aliados de Bolsonaro na Avenida Paulista, em São Paulo, no

último domingo, 6. Michelle discursou para mais de 40 mil pessoas que ministros do Supremo têm agido com injustiça ao definir as penas e pediu a Fux que não deixasse “mães” na cadeia.

No almoço desta terça, Bolsonaro também afirmou que a bancada do PL “está muito próxima, talvez já tenhamos até alcançado”, o número mínimo de assinaturas para o requerimento de urgência para votar o projeto da anistia em plenário. O líder do partido, deputado Sôstenes Cavalcante (RJ) deixou, no entanto, de divulgar os nomes da lista de apoiadores do projeto de anistia. Segundo Placar da Anistia do Estadão, há 200 deputados a favor da proposta.



Foto: Isac Nóbrega/PR

POSIÇÃO

Ex-presidente Jair Bolsonaro quer anista ampla e irrestrita aos condenados

STF tem 56 motivos para temer David Alcolumbre

CAROLINA BRÍGIDO
ESTADO DE MINAS

Em tempos de atritos nas relações entre os poderes, o Senado tem uma arma poderosa contra o STF. Repousam na mesa do presidente da Casa, David Alcolumbre (União Brasil-AP), 56 pedidos de impeachment contra ministros do tribunal. Segundo a Constituição Federal, cabe ao Senado processar e julgar integrantes da corte.

Alcolumbre tem dado sinais de que não tem interesse em brigar com o tribunal e não deu sinais de que poderia autorizar a abertura de processos. Ainda assim, ainda não quis arquivar os

pedidos. A expectativa é que faça isso ao fim do mandato, daqui a dois anos.

Ao deixar os casos em aberto, o Senado ganha munção contra o tribunal para eventual necessidade de retaliação no futuro.

Fontes do STF alertam para a mudança no cenário em 2027, quando tomarem posse senadores escolhidos nas urnas no ano que vem. A expectativa é que sejam eleitos vários aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Se o comando da casa for desse grupo, o mais provável é que processos de impeachment contra ministros do Supremo tenham mais chance de tramitar.

Lula enigmático a reação à ideia de baixar pena dos condenados

LUCIANA LIMA
ESTADO DE MINAS

Lula, por enquanto, ouve. É dessa forma que alguns líderes do Congresso falam sobre a reação do presidente da República nas vezes em que ele foi aconselhado a fazer um gesto de perdão para amenizar a pena das pessoas condenadas pelos atos golpistas de 8 de janeiro. Senadores e deputados que o acompanharam em viagens no Brasil recomendaram que ele fizesse esse gesto. O petista não disse nem sim nem não, mas escutou atentamente o assunto, que foi tratado mais de uma vez, e por diferentes interlocutores.

Na terça-feira, 8, o próprio presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), confirmou ao PlatôBR ter fa-

lado com Lula sobre a necessidade de uma “solução” negociada entre os três poderes com o objetivo de “pacificar” o país. Motta se movimentou em busca de um entendimento nessa direção enquanto resiste à pressão do PL para pautar um requerimento de urgência para levar uma proposta de anistia para o plenário. Além de conversar com Lula, ele também procurou ministros do STF na tentativa de construir um acordo que permita aliviar as penas das pessoas condenadas pela participação nos atos de 8 de janeiro, o chamado “andar de baixo”. O foco das punições ficaria apenas na última leva de denunciados pela Procuradoria-Geral da República, o grupo formado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por outros 33 cabeças da trama golpista.

Um gesto do presidente favorável aos responsáveis pelos ataques às sedes dos três poderes teria apoio entre governistas e oposicionistas. Aliado muito próximo do clã Bolsonaro, o líder do Novo na Câmara, Marcel Van Hatten (RS), analisou a negociação como uma grande oportunidade para Lula se colocar como pacificador na política brasileira. “Ele falou que seria o presidente para pacificar o país. Lula tem mais uma chance nas mãos”, disse o parlamentar. Van Hatten afirmou ainda considerar que a resposta precisa ser mais rápida. “Hugo Motta já sabe que a situação dessas pessoas é grave. Já sabe da situação. Ele precisa de uma resposta rápida. Não adianta ficar esperando o Lula pensar e ficar enrolando”, criticou.

La Niña chega ao fim e temperaturas ficam normais

JÚLIA CARVALHO, G1

A Administração Oceânica e Atmosférica Nacional dos Estados Unidos (Noaa) declarou ontem (10) o fim do fenômeno La Niña.

O La Niña ocorre quando há o resfriamento da faixa Equatorial Central e Centro-Leste do Oceano Pacífico. Ele é estabelecido quando há uma diminuição igual ou maior a 0,5°C nas águas do oceano. O fenômeno acontece a cada 3 ou 5 anos.

De acordo com a Noaa, as temperaturas do mar na região central do Pacífico, que estavam abaixo da média desde dezembro, voltaram para um padrão de neutralidade.

As previsões indicam que as condições neutras devem se manter ao menos até o verão no Hemisfério Norte, com mais de 50% chance de persistir entre agosto e outubro.

Para o segundo semestre, a situação ainda é incerta, com 38% de probabilidade do La Niña retornar e menos de 20% de condições para um novo El Niño.

EFEITOS DO FIM DO LA NIÑA

De acordo com a Climatempo, essa volta à neutralidade nas águas do Pacífico deve alterar a distribuição de chuvas no Brasil. Com o fim do fenômeno, a tendência é que esse padrão perca força, com o clima ficando mais instável e irregular.

“Sul, por exemplo, pode ter períodos de chuva e seca se alternando com mais frequência. Já o Norte e o Nordeste devem começar a sentir uma leve diminuição das chuvas nos próximos meses”, explicam os meteorologistas da Climatempo.

LA NIÑA FRACO E DE CURTA DURAÇÃO

Em março, a Organização Meteorológica Mundial (OMM), já havia previsto que, além de fraco, o La Niña teria curta duração.

Os monitoramentos da OMM indicavam que havia uma probabilidade de 60% das condições de temperatura do Pacífico Equatorial retornarem para a fase neutra no período entre março e maio. Essa probabilidade aumenta para 70% entre abril e junho.

Apesar dos impactos diretos de eventos como o La Niña e o El Niño, as mudanças climáticas induzidas pelo homem são o que mais têm alterado os padrões do clima. Nesse contexto, recordes históricos de temperatura têm sido quebrados mês a mês.

Oposição se irrita com afago de Hugo Motta ao governo

BRUNA LIMA
ESTADO DE MINAS

A oposição tem reclamado da proximidade do presidente da Câmara, Hugo Motta, com o governo. A narrativa de que Motta fez acordo com os dois lados ganhou força após o próprio admitir, na última terça-feira, 9, ao PlatôBR, que vem tratando com Lula uma “solução” para os condenados pelos atos golpistas do 8 de Janeiro.

Integrantes do PL afirmam, categoricamente, que Hugo Motta havia prometido ao partido — na época em que concorria à presidência da Câmara dos Deputados — que pautaria o PL da Anistia caso houvesse apoio. Agora, os parlamentares acusam que o presidente de fugir do assunto.

Deputados acreditam que Motta será resistente a pautar a proposta, mesmo que o requerimento de urgência chegue às 257 assinaturas necessárias.

Entre as possibilidades



AMBIENTE

Motta está pressionado

discutidas por Motta com Lula sobre o 8 de Janeiro está o alívio das penas dos condenados, pauta que também é defendida pela oposição, mas que não é a prioridade. “Nós queremos a anistia, esse era o acordo”, disse um deputado à coluna.

A jornalistas, na última semana, o vice-presidente da Câmara dos Deputados, Altineu Côrtes, disse que espera que Motta siga a vontade da maioria da Casa e pautar o projeto. Faltam, segundo o PL, vinte assinaturas para as 257.

A disposição de Alexandre de Moraes de rever as penas dos condenados do 8 de janeiro

BELA MEGALE O GLOBO

Apesar da pressão sobre o Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Alexandre de Moraes tem sinalizado claramente a seus colegas que resiste a reavaliar as condenações dos envolvidos nos ataques golpistas do 8 de janeiro.

A coluna conversou com cinco magistrados sobre o tema e apenas um disse ver espaço para a Corte recalcular as penas. Os demais avaliam que não existe nada concreto para mudar o cenário colocado hoje e pontuam que Moraes não mostra disposição em rever as penas impostas.

O que é admitido pela maioria dos magistrados é uma mudança na execução das penas e não nas condenações impostas. Foi

isso o que ocorreu, por exemplo, no caso da cabeleireira Débora Rodrigues, que foi para a prisão domiciliar por determinação de Moraes. O ministro concluiu que ela havia cumprido quase 25% de uma provável pena.

Moraes proferiu uma decisão similar para o professor aposentador Jaime Junkes, de 68 anos. Condenado a 14 anos de reclusão por participar do 8 de janeiro, ele saiu do presídio e foi para a prisão domiciliar, após receber, recentemente, um diagnóstico de câncer de próstata. Mais dez condenados foram tirados da cadeia por decisão de Moraes entre os dias 28 de março e 1º de abril. A maioria tinha voltado à prisão por ter descumprido medidas cautelares, como deixar suas cidades.

O único ministro que relatou à coluna enxergar espaço para o STF rever as penas do 8 de janeiro disse que o caminho seria por meio de análises de embargos feitas individualmente. Ou seja, a Corte analisaria caso a caso os recursos apresentados pelos condenados e recalibraria as penas. A maioria dos magistrados do Supremo, porém, não acredita que essa via prosperará.

O presidente da Câmara, Hugo Motta, tem trabalhado para encontrar uma solução negociada com o STF e o Executivo, na tentativa de amenizar as penas do 8 de janeiro e conter o projeto de lei da anistia.

Integrantes da Corte avalliam, porém, que um acordo só iria avançar com o aval de Moraes, que hoje mostra resistência sobre o tema.

Parlamentares do PL: ‘PEC do Lewandowski não vai passar’

ALICIA BERNARDES
CORREIO BRAZILIENSE

A deputada Carol De Toni (PL-SC) e o senador Carlos Portinho (PL-RJ) estão à frente da elaboração do pacote legislativo Brasil Mais Seguro, uma iniciativa da Frente Parlamentar do Livre Mercado. A proposta surge como uma alternativa à PEC da Se-

gurança Pública apresentada pelo governo federal, que, segundo os parlamentares, ignora iniciativas já existentes no Congresso e não enfrenta com profundidade os problemas estruturais da segurança no Brasil.

Segundo De Toni, o pacote da Frente não é uma resposta política, mas técnica e necessária. “A PEC do governo é

arriscada porque parte de uma gestão que defende o desencarceramento e flexibiliza punições a criminosos. O nosso projeto é voltado para combater facções, garantir segurança real à população e proteger o livre mercado, que tem sido alvo do crime organizado em setores como o de combustíveis”, destacou.

A declaração foi dada nessa terça-feira (8/4), durante a inauguração da Casa da Liberdade, em Brasília, que também marcou a posse da deputada federal e do senador Carlos Portinho (PL-RJ)

como presidentes da Frente Parlamentar pelo Livre Mercado no Congresso.

Portinho, por sua vez, reforçou que o governo chega atrasado e de forma improvisada. Para ele, a proposta liderada pelo ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, não apenas repete competências já previstas em lei, como também tenta concentrar no Executivo poderes que não executa. “A PEC atribui ao governo funções como o combate ao tráfico nas fronteiras ou o enfrentamento de crimes em programas habi-

tacionais, competências que já existem e não são cumpridas. É um plano cartorial e ineficaz”, criticou.

Os parlamentares também condenaram a forma como a proposta de Lewandowski foi construída. Carol De Toni alegou que não há legitimidade para uma reforma tão estruturante vinda de um governo em fim de mandato. “É muito arriscado mudar as diretrizes da segurança pública com base em uma visão ideológica que protege o criminoso e enfraquece as polícias”, disse.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAGUAÇU DA BAHIA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 008/2025

O Município de Itaguaçu da Bahia-Ba, faz saber que realizará licitação denominada PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE. Modo de disputa Aberto, PREGÃO Eletrônico nº 008/2025. Local Site: www.bil.org.br. Objeto: Contratação de empresa para confecção e fornecimento de material gráfico, atendendo as demandas do Município de Itaguaçu da Bahia. Inf.: www.itaguacudabahia.ba.gov.br. Início da Sessão Pública virtual: 09h00min do dia 25/04/2025. (Horário de Brasília). Edital: www.bil.org.br. Marcos Carvalho Machado - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGAPORÁ

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – SRP - Nº. 0008/2025

O Município de Igaporá – Bahia, por meio do Pregoeiro Oficial, no uso de suas atribuições, torna pública a publicação do Pregão Eletrônico nº. 0008/2025, derivado do Processo Administrativo nº 0057/2025, a ser realizada a sessão no dia 29/04/2025, às 09h00, a presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, em atendimento à prefeitura municipal de Igaporá e suas secretarias. O Edital completo estará disponível, através de solicitação para o seguinte e-mail: licitacao@igapora.ba.gov.br e no site: www.igapora.ba.gov.br. Igaporá-Ba, 10 de abril de 2025. Luis Carlos Neves Souza - Pregoeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 086/2025

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 008/2025 – Objeto: contratação de pessoa jurídica especializada na locação de máquinas pesadas destinados à execução dos serviços de limpeza, manutenção e requalificação de estradas vicinais das comunidades rurais do Município de Santana/BA, conforme especificações contidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital – Início do Recebimento das propostas dia 14/04/2025 às 08:00hrs, até dia 30/04/2025 às 08:00hrs. Início da disputa as 09:00hs do dia 30.04.2025 – Edital/Local: no sistema eletrônico https://www.bnc.org.br, pelo Diário Oficial do Município – Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/pncp/pt-br. Santana/BA, 10 de abril de 2025. José Raul Alkmin Leão - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

AVISO ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Riacho de Santana, Estado da Bahia, com fulcro na Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, torna público que está aberto o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025. Tipo: Registro de Preços/Menor Preço Global. Abertura: 30/04/2025, às 09h00min. Objetivando a contratação de empresa especializada para a organização de feiras, exposições, festas, conferências, entre outros, com disponibilização de estruturas diversas, incluindo materiais, equipamentos e mão de obra especializada para atender aos eventos festivos e civicos que serão promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer e demais secretarias do município de Riacho de Santana. Local de disputa e Edital: no site https://bil.org.br. Informações (77) 3457-2049, e-mail: licitacao@riachodasantana.ba.gov.br ou pelo site www.riachodesantana.ba.gov.br. Riacho de Santana-BA, 10 de abril de 2025. Emerson Ricardo da Silva Fernandes Pregoeiro Municipal